

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

O Poder Judiciário brasileiro tem em torno de 80 milhões de processos judiciais. Esse número é estarrecedor quando comparado com a população do país, cuja estimativa é de 203 milhões de brasileiros. Sendo assim, para pouco mais de dois brasileiros, há um processo judicial, o que representa uma situação praticamente insustentável sob o aspecto econômico, gerencial e jurídico.

Já houve redução no tempo e no custo do processo judicial com a implantação do processo eletrônico, mas há muito o que fazer quando se depara com o tempo de resolatividade e os gastos para a manutenção do serviço de prestação jurisdicional: estima-se que, no ano de 2022, tenham sido gastos, só na justiça federal, R\$ 12.369.100.765. Em relação ao custo processual, no ano de 2015, por exemplo, cada brasileiro desembolsou R\$ 387,00 para manter o Poder Judiciário, o que equivalia a 1,3% do PIB. Se avaliarmos de 2009 a 2015, o crescimento foi de 31%. Em 2020, os gastos foram de R\$ 479,16 por habitante.

Grégoire Moreira de Moura. Um sonho de desjudicialização.
In: Revista do Tribunal Regional Federal da Sexta Região,
v. 1, n.º 1, 2023, p. 10-11 (com adaptações).

Em relação às ideias e propriedades linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 1 Haveria prejuízo da correção gramatical do texto caso se inserisse vírgula após “R\$ 387,00” (segundo período do segundo parágrafo).
- 2 Para atingir seu propósito comunicativo, o autor constrói o texto com base nas tipologias textuais expositiva e argumentativa.
- 3 Infere-se do texto que a implantação do processo eletrônico é ineficiente para a redução da quantidade de processos a serem resolvidos pelo Poder Judiciário.
- 4 Com o emprego do adjetivo “estarrecedor” (segundo período do primeiro parágrafo), o autor do texto expressa uma avaliação negativa em relação à quantidade de processos judiciais em tramitação no Poder Judiciário brasileiro.
- 5 No segundo período do primeiro parágrafo, a forma pronominal “cuja” é um elemento de coesão textual que tanto se refere a um antecedente quanto estabelece a conexão entre orações.
- 6 No segmento “estima-se que, no ano de 2022, tenham sido gastos, só na justiça federal, R\$ 12.369.100.765” (primeiro período do segundo parágrafo), a oração introduzida pelo termo “que” funciona como complemento direto da oração expressa pela forma verbal “estima-se”.
- 7 No segmento “quando se depara com o tempo de resolatividade e os gastos para a manutenção do serviço de prestação jurisdicional” (primeiro período do segundo parágrafo), o pronome “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado.

Uma curiosa característica da historiografia geral, política e social foi a relativamente pequena atenção dada à história da justiça ou, se quisermos ser mais limitados, à história do Poder Judiciário.

Pode-se levantar uma hipótese: a justiça foi percebida como um poder alheio àquilo que se chamou comumente política a partir do século XIX, ou seja, a luta e a disputa para ocupar posições de governo, de mando em geral e de decisão em lugar dos outros.

Uma segunda hipótese: os historiadores não se sentem à vontade com um campo muito específico, como são o direito e o dos juristas. O direito se constitui em esfera especial e profissional à qual se tem acesso apenas por meio de um curso universitário, enquanto a política permite acesso aos lugares de poder por meio de eleições e não exige, pois, nenhum preparo intelectual determinado. Qualquer um do povo pode ser político, mas nem todos podem ser juristas ou juizes profissionais.

José Reinaldo de Lima Lopes.
História da justiça e do processo no Brasil do século XIX.
Curitiba: Juruá, 2017, p. 9-10 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos ao conteúdo do texto precedente e a aspectos linguísticos a ele pertinentes.

- 8 No segundo período do terceiro parágrafo, o vocábulo “pois” está empregado com sentido conclusivo.
- 9 O texto informa que um dos fatores responsáveis pela falta de histórias da justiça é o seu distanciamento da política, tomada como espaço de luta e de disputa para “ocupar posições de governo, de mando em geral e de decisão em lugar dos outros”.
- 10 Conforme as ideias do texto, o direito e a justiça constituem campos específicos que restringem o ingresso das pessoas neles.
- 11 Seriam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto se o primeiro parágrafo fosse reescrito da seguinte forma: **Uma característica curiosa da historiografia geral, política e social, se quisermos ser mais limitados, foi a atenção relativamente pequena dada à história da justiça ou à história do Poder Judiciário.**
- 12 A supressão do acento indicativo de crase empregado no vocábulo “à”, em “à qual” (segundo período do terceiro parágrafo), manteria a correção gramatical do texto.
- 13 O termo “aquilo” (segundo parágrafo) e o segmento “aos lugares de poder” (segundo período do terceiro parágrafo) complementam, respectivamente, o sentido de um adjetivo e de um substantivo, por isso desempenham, nas orações em que se inserem, a função sintática de complemento nominal.
- 14 No trecho “O direito se constitui em esfera especial e profissional” (segundo período do terceiro parágrafo), a colocação enclítica do pronome “se” prejudicaria a correção gramatical do texto.

Julgue os itens a seguir, considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n.º 8.112/1990) e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

- 15 A mera indicação política realizada por detentor de mandato eletivo configura ato de improbidade administrativa, independentemente da aferição de dolo com finalidade ilícita na conduta do agente.
- 16 As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra, culposa ou dolosamente, para a prática de ato de improbidade.
- 17 É proibido ao servidor atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes, até o segundo grau, de cônjuge ou de companheiro.
- 18 A absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria afasta a responsabilidade administrativa do servidor acusado.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013) e na Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999), julgue os seguintes itens.

- 19 A celebração de acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos tipificados na Lei Anticorrupção.
- 20 A comissão de ética pode aplicar ao servidor faltoso a penalidade de demissão, quando cabível, conforme fundamentação constante do respectivo parecer.
- 21 Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada somente quando a lei expressamente a exigir.
- 22 No processo administrativo federal, a participação de servidor, bem como de seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, como perito enseja a arguição da sua suspeição.

Espaço livre

Considerando as características do raciocínio analítico e a estrutura da argumentação, julgue os itens que se seguem.

- 23 No seguinte diálogo, a fala de B é, do ponto de vista argumentativo, desfavorável a Felipe.

“A: — Nossa, essa caixa com as coisas da mudança está muito pesada. Vou pedir ajuda ao meu amigo Paulo. O que você acha? Será que ele consegue levar essa caixa até o carro de mudança?”

B: — Felipe é mais forte que Paulo. Mas tudo bem. É você quem vai pedir a ajuda mesmo.”

- 24 Se a proposição “Maria é uma tenista brasileira.” for verdadeira, então a proposição “Maria é uma tenista.” necessariamente será verdadeira.

- 25 O argumento a seguir é válido, apesar de fraco.

“Todos os funcionários do nosso setor vão vir de branco na última semana do mês de junho. João não é funcionário do nosso setor. Logo, João não vai vir de branco na última semana do mês de junho.”

- 26 Suponha que uma pessoa procure um livro em sua estante, não o ache e, diante disso, chegue à seguinte conclusão: “Alguma pessoa mexeu na minha estante e pegou o livro que procuro.”. Nesse caso, tal conclusão foi elaborada com base no raciocínio indutivo.

- 27 Do ponto de vista argumentativo, no texto a seguir, a pergunta formulada tem o papel de provocar o ‘Sr. Deputado’ e fazê-lo acatar a ordem expressa inicialmente.

“Sr. Deputado, lute contra a corrupção! Ou, por acaso, o senhor não é digno do cargo para o qual foi eleito?”

- 28 No diálogo a seguir, a fala de B se constrói com base em um raciocínio apelativo.

“A: — Todo mundo está tomando esse remédio. Será que, se eu tomá-lo, ele vai me fazer mal?”

B: — Não existe nada dizendo que esse remédio faz mal às pessoas, traz efeitos colaterais ou indesejados e outras coisas. Nunca ouvi ninguém comentando que passou mal depois de usar esse medicamento. Nem existem estudos que mostrem que ele pode fazer mal. Sendo assim, esse medicamento faz bem à saúde. Sabe aquele ditado popular? O que não mata, engorda! É esse remédio. Tome sem medo!”

- 29 No raciocínio apresentado a seguir, identifica-se uma falácia denominada generalização apressada.

“Eu tive várias crises de asma durante o primeiro semestre do ano passado, tomei vários remédios e não fiquei curado. Quando tomei um xarope que minha avó fez, fiquei curado das crises de asma. Sendo assim, o xarope que a minha avó faz cura asma.”

- 30 Considere que uma pessoa, com dúvidas em relação ao seu futuro profissional, tenha feito um teste vocacional e que, ao final do teste, o resultado tenha sido o seguinte.

“Você é uma pessoa muito criativa, muito curiosa e muito interessada em tendências mundiais, logo, vai se dar bem em profissões voltadas para as áreas de *marketing*, propaganda, publicidade, *design*.”

Com base nessa situação, é correto afirmar que o resultado do teste vocacional se baseia em um raciocínio que apresenta uma informação implícita.

Com base na teoria geral dos direitos fundamentais, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), julgue os itens a seguir.

- 31** Os objetivos e metas de desenvolvimento sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU são integrados e indivisíveis, de natureza global e levam em consideração as distintas realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais.
- 32** Admite-se a negociação de efeitos patrimoniais, de forma temporária, dos direitos fundamentais.
- 33** Entre as características dos direitos fundamentais citam-se o seu caráter absoluto, bem como a expansividade e a universalidade.
- 34** A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão contempla direitos de primeira e de terceira geração, mas não trata de direitos de segunda geração.
- 35** As revoluções liberais inglesa, americana e francesa, e suas respectivas declarações de direitos constituem importantes marcos históricos de afirmação dos direitos humanos.

Julgue os próximos itens, de acordo com o texto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, da Lei n.º 10.048/2000, que trata da prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e da Lei n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

- 36** A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluída a remuneração superior por trabalho de igual valor.
- 37** A capacidade civil da pessoa com deficiência não é afetada por sua deficiência, sendo ela considerada capaz de exercer o direito à guarda, à tutela e à adoção, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- 38** As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, às pessoas com deficiência, às gestantes, às lactantes e aos doadores de sangue.
- 39** A promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida se dá tanto por meio da supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, nos meios de transporte e de comunicação, quanto mediante a construção e reforma de edifícios.
- 40** De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

À luz do Regimento Interno do TRF da 6.ª Região, julgue os itens seguintes.

- 41** A edição de súmula e o incidente de assunção de competência são procedimentos que o TRF da 6.ª Região pode utilizar para uniformizar a sua jurisprudência.
- 42** O Núcleo de Apoio ao Primeiro Grau e Projetos Especiais, órgão auxiliar do TRF da 6.ª Região, é coordenado pela Coordenadoria-Geral de Projetos.
- 43** Compete ao Plenário Administrativo processar e julgar conflitos de atribuições envolvendo autoridade judiciária no exercício de atividade administrativa a ele vinculada e no exercício de autoridade administrativa do tribunal.
- 44** Os juízes federais poderão perder seus cargos, enquanto não adquirirem a vitaliciedade, por proposta do TRF da 6.ª Região, adotada pelo voto de dois terços de seus integrantes.
- 45** As sessões do Conselho de Administração do TRF da 6.ª Região são presididas pelo ocupante da Presidência desse tribunal.
- 46** Compete ao integrante do TRF da 6.ª Região titular da relatoria de recursos ou ações originárias suscitar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- 47** No âmbito do TRF da 6.ª Região, o tempo concedido ao Ministério Público Federal para realizar sustentação oral é o dobro daquele concedido às partes.
- 48** No âmbito do TRF da 6.ª Região, o julgamento de *habeas corpus*, estando o réu preso ou não, terá prioridade no Plenário.
- 49** É vedada a realização de sessão administrativa de forma reservada no âmbito do TRF da 6.ª Região.
- 50** Quando um integrante do TRF da 6.ª Região se afastar por período igual ou superior a vinte dias, os feitos em seu poder serão julgados pelo juiz convocado para ser seu substituto.

Espaço livre